

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO PERIFÉRICO FEMININO: O POTENCIAL DOS PODCASTS COMO ESTRATÉGIA FORMATIVA

Ana Beatriz Piotrowski de Oliveira Dias¹.

Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco.

<http://lattes.cnpq.br/7877537798921567>

RESUMO: O artigo analisa o empreendedorismo feminino periférico no Brasil como um fenômeno redistributivo, embora ele seja marcado por desigualdades de gênero e raça que limitam seu pleno desenvolvimento. O texto discute como o racismo ambiental atua como um mecanismo estruturante de exclusão, impondo barreiras adicionais à sobrevivência dos negócios liderados principalmente por mulheres negras em territórios vulnerabilizados. A argumentação evidencia que essas empreendedoras enfrentam uma desvalorização simbólica e material, tornando o empreendedorismo uma estratégia de resistência e necessidade básica, e não apenas de oportunidade. O estudo propõe a Educação Ambiental (EA) crítica como urgência social para questionar os modelos hegemônicos de produção, utilizando o *podcast* como ferramenta estratégica de educomunicação para mediar esse processo. A análise conclui que o uso de *podcasts* potencializa a formação crítica e a visibilidade dessas mulheres, funcionando como um instrumento de justiça socioambiental que democratiza saberes, denuncia vulnerabilidades e fortalece redes de solidariedade, permitindo que sujeitos historicamente silenciados assumam o protagonismo no desenvolvimento local e na defesa de seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo feminino periférico. Educação Ambiental. Racismo Ambiental.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND WOMEN'S ENTREPRENEURSHIP IN PERIPHERAL COMMUNITIES: THE POTENTIAL OF PODCASTS AS A TRAINING STRATEGY

ABSTRACT: The article analyzes peripheral women's entrepreneurship in Brazil as a redistributive phenomenon, although it is marked by gender and racial inequalities that limit its full development. The text discusses how environmental racism acts as a structuring mechanism of exclusion, imposing additional barriers to the survival of businesses led primarily by Black women in vulnerable territories. The argument highlights that these entrepreneurs face symbolic and material devaluation, making entrepreneurship a strategy

of resistance and a basic necessity, rather than just an opportunity. The study proposes critical Environmental Education (EE) as a social urgency to question hegemonic production models, utilizing the podcast as a strategic educommunication tool to mediate this process. The analysis concludes that the use of podcasts enhances the critical training and visibility of these women, functioning as an instrument of socio-environmental justice that democratizes knowledge, denounces vulnerabilities, and strengthens solidarity networks, allowing historically silenced subjects to take a leading role in local development and the defense of their territories.

KEY-WORDS: Female entrepreneurship in marginalized groups. Environmental education. Environmental racism.

INTRODUÇÃO

O Brasil conta com mais de 10 milhões de mulheres à frente de pequenos e médios negócios, que equivale a 34% do total de empreendedores do país, segundo dados do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Esse protagonismo é relevante pois 90% da renda gerada pelas empreendedoras retorna às comunidades e 40% dessas mulheres sustentam suas famílias a partir dos rendimentos obtidos em seus próprios negócios (CNN Brasil, 2025), revelando o caráter redistributivo dessa atuação econômica. Apesar dessa contribuição significativa, o empreendedorismo feminino permanece atravessado por desigualdades históricas e estruturais que limitam seu reconhecimento e desenvolvimento.

O Relatório do Sebrae sobre Empreendedorismo Feminino, sob a ótica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), identifica que as mulheres recebem, em média, 24,4% menos que os homens, desigualdade que se intensifica quando analisada por raça, uma vez que mulheres negras apresentam renda 47,5% inferior à de mulheres brancas. Esses dados indicam que o empreendedorismo feminino não se desenvolve em um campo neutro, mas em um contexto marcado por assimetrias de gênero e raça que condicionam o acesso a recursos, a formalização e as possibilidades de crescimento dos negócios. Conforme analisado por Siqueira, Nunes e de Moraes (2018), a elevada informalidade que caracteriza o empreendedorismo da mulher negra no Brasil dificulta a produção de dados precisos sobre essa realidade, contribuindo para sua invisibilização estatística e, conseqüentemente, para a reprodução das demais desigualdades.

O empreendedorismo feminino periférico emerge como uma resposta às múltiplas formas de opressão, configurando-se como estratégia de sobrevivência e resistência frente às barreiras sociais e estruturais impostas por um contexto atravessado pela intersecção entre raça, gênero e condições socioeconômicas desfavoráveis (Ferreira *et al.*, 2023). Essa perspectiva permite compreender o empreendedorismo não apenas como iniciativa individual, mas como prática social situada, que dialoga com a abordagem apresentada por Venugopal e Viswanathan (2021), ao defenderem a produção de conhecimento

fundamentada nas condições reais dos mercados de autossustento, capaz de explicar padrões de pobreza e indicar ações para o bem-estar.

O racismo ambiental, frequentemente apontado como uma das barreiras impostas ao empreendedorismo periférico feminino por afetar populações historicamente vulnerabilizadas, torna evidente a necessidade de estratégias educativas que articulem informação, consciência crítica e participação social. Ao mesmo tempo em que o racismo ambiental impõe barreiras estruturais e escassez de recursos aos negócios periféricos, o empreendedorismo feminino pode emergir como uma força de resistência, desenvolvendo soluções locais que enfrentam a degradação e buscam a justiça socioambiental.

O desenvolvimento de uma ferramenta de Educação Ambiental (EA) para combater o racismo ambiental e auxiliar o empreendedorismo feminino periférico é essencial, uma vez que a ausência de uma cidadania ambiental que assegure direitos sociais e justiça social a todos os grupos étnicos contribui também para a negação do direito à vida (de Souza Filgueira, 2021). O *podcast* se apresenta como uma ferramenta relevante de EA, pois, conforme Sant'anna e Bonzanini (2023), seu caráter de jornalismo educador fortalece a compreensão dos jovens como sujeitos ativos na produção e no consumo de conhecimento, estabelecendo uma relação de mão dupla mediada pelo uso da internet e de novas tecnologias.

O estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre as intersecções entre empreendedorismo feminino periférico, desigualdades ambientais e estruturais perpetuadas pelo racismo ambiental e o potencial dos *podcasts* como instrumentos educativos e de difusão da EA. A relevância da temática reside na possibilidade de contribuir para o debate acadêmico e social acerca de práticas comunicacionais que ampliem a visibilidade de mulheres empreendedoras, especialmente aquelas inseridas em contextos marcados por vulnerabilidades socioambientais.

OBJETIVO

O objetivo deste artigo é analisar o uso do *podcast* como ferramenta de EA a partir de uma abordagem teórica e contextual como agente fortalecedor do empreendedorismo feminino periférico em cenários de desigualdade social e racial. A possível repercussão disso é a criação de uma potencial estratégia de formação crítica, circulação de saberes e fortalecimento do bem-estar coletivo.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a de revisão narrativa da literatura, realizada no período de novembro e dezembro de 2025, a partir da pesquisa bibliográfica. Essa abordagem de natureza qualitativa permite a compilar, a analisar e a interpretar criticamente os materiais teóricos e dados secundários, favorecendo a articulação reflexiva entre diferentes campos

do saber sem a rigidez de protocolos sistemáticos quantitativos. A construção do argumento baseou-se no levantamento de relatórios institucionais, artigos e referenciais teóricos contemporâneos que discutem as interseções entre empreendedorismo, EA decolonial, racismo ambiental e educomunicação. O entrelaçamento dos dados estatísticos com perspectivas sociológicas e pedagógicas proporcionou uma síntese teórica aprofundada e contextualizada sobre os desafios estruturais e as potencialidades formativas do empreendedorismo feminino em territórios vulnerabilizados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O cenário da vulnerabilidade: racismo ambiental

Para Santos *et al.* (2025), as análises sobre o racismo ambiental evidenciam que esse fenômeno não se configura apenas como um efeito colateral das desigualdades sociais e econômicas, mas como um mecanismo estruturante que reforça hierarquias sociais e injustiças históricas. A distribuição desigual dos impactos ambientais, associada à vulnerabilidade de populações marginalizadas, revela a existência de um sistema que prioriza interesses econômicos e políticos em detrimento da vida humana e da garantia de direitos fundamentais, tornando a degradação ambiental um elemento central na reprodução das desigualdades sociais.

A desigualdade socioambiental manifesta-se na discriminação vivenciada por determinadas populações diante da degradação ambiental. A ausência de acesso a recursos naturais e a serviços ambientais de qualidade, a instalações capitalistas em territórios vulnerabilizados, a perda de territórios ancestrais e a exposição desproporcional a riscos e desastres naturais evidenciam que os impactos ambientais não são distribuídos de maneira equitativa, mas seguem uma lógica que penaliza sistematicamente grupos socialmente marginalizados (Fernandes Rodrigues, 2024). Assim, a manutenção do estilo de vida de consumo de uma minoria global depende, materialmente, da degradação das condições de vida da maioria marginalizada.

Tal dinâmica está relacionada à lógica da apropriação capitalista da natureza, que integra o mesmo processo de produção de valor responsável pela relação predatória entre capital e força de trabalho, na qual muitas vezes as desigualdades sociais não podem ser dissociadas da forma desigual como as diferentes classes sociais se apropriam do ambiente em que vivem, uma vez que a exploração ambiental e a exploração social constituem dimensões interligadas de um mesmo modelo de desenvolvimento excludente (Santos; da Silva; da Silva, 2022).

Nos territórios periféricos, essa lógica se expressa por meio de condições insalubres, da ausência de políticas públicas efetivas e da marginalização de populações majoritariamente negras, indígenas e quilombolas. Nesses espaços, a necropolítica ambiental torna-se uma prática recorrente, na medida em que decisões políticas e econômicas definem, de forma

implícita ou explícita, quais grupos sociais terão suas vidas protegidas e quais estarão mais expostos à morte e ao adoecimento, reforçando processos históricos de exclusão (Santos *et al.*, 2025). Essa forma de violência é muitas vezes tratada como despolitizada por não vincular o adoecimento dessas populações a decisões econômicas.

Os impactos do racismo ambiental sobre as populações atingidas são múltiplos e atravessam diversas dimensões da vida social, afetando a saúde, a segurança alimentar, a cultura, a educação, a moradia, bem como os direitos humanos e sociais. Isso ocorre porque o racismo atua de maneira integral sobre os indivíduos, configurando-se como uma estratégia de extermínio físico, mental e social dessas populações, ao comprometer suas condições de existência e de reprodução da vida (do Nascimento; de Azevedo; de Almeida, 2023).

Fernandes Rodrigues (2024) evidencia a importância da conscientização e da mobilização social como estratégias fundamentais para o enfrentamento das estruturas de poder que sustentam o racismo ambiental, promovendo a participação ativa das comunidades afetadas nos processos decisórios relacionados às questões ambientais, o que se apresenta como elemento central para a construção de alternativas mais justas, assegurando que suas vozes sejam escutadas e consideradas na formulação de políticas e ações voltadas à justiça socioambiental.

Empreendedorismo feminino periférico: entre a necessidade e a resistência

Para a ONU (2021), o enfrentamento ao preconceito contra minorias empreendedoras exige mais do que simples repasses financeiros; depende, fundamentalmente, de uma cultura de acolhimento. A organização defende que políticas públicas eficazes precisam ser orientadas pela humanização e pela igualdade, reconhecendo que o incentivo ao empreendedorismo periférico é inócuo se não estiver acompanhado de uma transformação profunda na forma como a sociedade enxerga e legitima esses sujeitos.

Segundo Da Silva e Krakauer (2023), elas ocupam a posição final na fila do “crédito moral”, enfrentando um ceticismo sistêmico sobre sua capacidade. Mesmo quando alcançam o sucesso, suas vitórias são julgadas por uma régua desigual. Assim, o ato de empreender não é apenas uma busca por renda, mas uma batalha diária por equidade e uma resposta às ideologias raciais que tentam invisibilizá-las, pois no imaginário do mercado de trabalho, a mulher negra ainda é vista como o último elo da cadeia de valor.

Essa desvalorização simbólica, contudo, tem consequências materiais devastadoras. Ferreira *et al.* (2023) revela essa exclusão, salientando que muitas mulheres negras periféricas iniciam seus negócios sem capital próprio, dependendo de aportes informais de terceiros e evitando buscar financiamento bancário oficial, uma vez que esta é reflexo direto da falta de acesso e acolhimento institucional. O empreendedorismo surge, então, não por oportunidade, mas impulsionado por necessidades básicas urgentes e pelo enfrentamento

ao capacitismo e ao racismo que as excluem do mercado formal. A realidade é de uma gestão de sobrevivência, muitas vezes limitada a uma renda mensal de um salário mínimo, em que a vulnerabilidade econômica aprofunda a invisibilidade social dessas mulheres.

Diante dessa escassez de recursos iniciais apontada por Ferreira *et al.*, a advertência de Siqueira, Nunes e de Moraes (2018) torna-se ainda mais grave: as dificuldades não terminam na abertura do negócio; é na manutenção e na sustentabilidade que o racismo estrutural cobra seu preço mais alto. Tentar manter uma empresa sem crédito financeiro, sem rede de apoio robusta e lutando contra a invisibilidade torna a permanência no mercado um desafio hercúleo. Por isso, fomentar o empreendedorismo negro exige ações sociais específicas que protejam esses negócios da mortalidade precoce.

Analisar o empreendedorismo da mulher negra sob uma ótica puramente meritocrática é ignorar a realidade. Como reforçam os autores citados, é impossível compreender as dinâmicas desses negócios sem encarar os desafios socioeconômicos brutais que atravessam esse perfil. Ignorar os marcadores de raça, gênero e classe é reforçar a exclusão. Uma abordagem verdadeiramente humana exige que as políticas públicas reconheçam essa complexidade, que se estende da falta de crédito moral à escassez financeira, combatendo as desigualdades que, historicamente, transformam o direito de empreender em uma luta desesperada pela sobrevivência.

O podcast como ferramenta de educomunicação para a EA

A construção de uma EA que seja verdadeiramente capaz de responder aos desafios contemporâneos exige, primariamente, o rompimento com a ingenuidade teórica. Conforme alerta Nogueira (2023), uma EA que ignore a premissa de que toda produção econômica gera degradação ambiental inerente corre o risco de se tornar um instrumento que reforça as abordagens acríticas sobre as forças e relações de produção vigentes. Nesse sentido, são fundamentais processos educativos que questionem os atuais padrões da relação entre ser humano e natureza, visando sua efetiva transformação.

No entanto, para que essa crítica macroestrutural ganhe concretude e engajamento, é necessário renovar as mediações pedagógicas. É nesse contexto que a educomunicação se apresenta como uma estratégia potente. Segundo Sant'anna e Bonzanini (2023), a fusão da tecnicidade jornalística com ferramentas digitais possui um elevado potencial para capturar a atenção e sensibilizar os estudantes, independentemente da mídia utilizada. A apropriação dessas linguagens não é meramente instrumental; ela permite traduzir conceitos complexos de economia política e ecologia para a linguagem cotidiana dos educandos.

A manutenção do poder hegemônico, observa o autor, sustenta-se justamente nessa cegueira deliberada sobre as contradições do capital (Nogueira, 2023). Portanto, a EA deve ultrapassar o viés comportamentalista e individualizante para assumir um caráter transformador e político. O objetivo deve ser formar cidadãos capazes de intervir na realidade

material e conceber alternativas coletivas ao modelo de desenvolvimento predatório atual.

Aprofundando essa perspectiva metodológica, de Brito Nunes (2022) destaca que o uso de notícias e a produção de *podcasts* revelam uma capacidade criativa singular. A dinâmica do áudio e o sequenciamento lógico exigido pela narrativa jornalística transcendem as barreiras tradicionais do ensino, favorecendo a construção coletiva do conhecimento. Mais do que ferramentas didáticas, esses dispositivos midiáticos atuam como veículos de denúncia e sensibilização em espaços marcados pela opressão, dando visibilidade a temas urgentes como o racismo ambiental. Ao produzirem suas próprias narrativas, os estudantes deixam de ser espectadores da degradação para se tornarem sujeitos que vocalizam as injustiças de seus territórios.

Dessa forma, a articulação entre a crítica radical ao modelo produtivo e o uso engajado das tecnologias de comunicação cumpre uma função social maior. Como aponta Fernandes Rodrigues (2024), a educação e a sensibilização são ferramentas poderosas para desafiar estereótipos e preconceitos arraigados. Ao promover a solidariedade e evidenciar que a sustentabilidade ambiental é indissociável da justiça social, essa abordagem pedagógica não apenas informa, mas reumaniza. Conclui-se, portanto, que uma EA crítica, mediada pela educomunicação, é fundamental para desvelar desigualdades e capacitar comunidades para a defesa da vida em todas as suas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta revisão narrativa permite compreender que o empreendedorismo feminino periférico no Brasil vai muito além de uma estratégia de geração de renda. Ele se apresenta como uma forma de resistência e de afirmação da vida em um contexto marcado por desigualdades estruturais. As trajetórias dessas mulheres, em sua maioria negras e moradoras de territórios vulnerabilizados, são atravessadas por múltiplas adversidades: de um lado, a desvalorização simbólica no mercado, expressa na limitação do reconhecimento e do acesso a recursos financeiros; de outro, os efeitos do racismo ambiental, que transformam seus territórios em espaços de escassez e risco, nos quais a vida é constantemente colocada em condição de precariedade.

Evidencia-se que a permanência e o fortalecimento desses empreendimentos não dependem apenas do esforço individual ou da capacidade de gestão das empreendedoras, mas do enfrentamento de barreiras sistêmicas que naturalizam as degradações ambientais e sociais. Nesse sentido, a EA crítica assume um papel central, não apenas como um conjunto de conteúdos, mas como uma resposta necessária às urgências vividas nesses territórios. Para que essa educação alcance mulheres que empreendem sob a lógica da sobrevivência, torna-se indispensável repensar as mediações pedagógicas, superando abordagens que desconsideram as relações de produção e o modelo de desenvolvimento que estrutura essas desigualdades.

Assim, o *podcast* se revela como uma estratégia formativa potente e sensível às realidades periféricas. Ao combinar a linguagem jornalística com a acessibilidade digital e a força da oralidade, essa ferramenta atua de forma complementar. Internamente, contribui para o fortalecimento das empreendedoras ao ampliar o acesso a informações sobre gestão, direitos e questões ambientais. Externamente, possibilita a construção de outras narrativas, conferindo visibilidade e voz a sujeitos que historicamente foram silenciados. Dessa forma, o *podcast* se aproxima das ideias de acolhimento e transformação cultural, funcionando tanto como espaço de denúncia do racismo ambiental quanto como meio de fortalecimento de redes de apoio e solidariedade.

Como resultado, a articulação entre EA, empreendedorismo periférico e educação aponta para caminhos possíveis de reumanização das relações de trabalho e de vida nas periferias. O uso de *podcasts* como tecnologia social favorece o exercício da cidadania ativa, permitindo que essas mulheres deixem de ocupar apenas a posição de espectadoras da degradação de seus territórios e assumam o protagonismo na construção de alternativas de desenvolvimento local. Trata-se de um processo que busca conciliar autonomia econômica, justiça racial e cuidado com o ambiente, reafirmando a dignidade e o direito à vida nos territórios historicamente vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Cintia. Empreender para transformar: a força das mulheres que impulsionam o Brasil. **CNN Brasil**, Fórum CNN, 18 nov. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/forum-opiniao/empreender-para-transformar-a-forca-das-mulheres-que-impulsionam-o-brasil/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DA SILVA, Patricia Alexandrina; KRAKAUER, Patricia Viveiros De Castro. MOTIVOS E OPORTUNIDADES QUE LEVAM AS MULHERES NEGRAS A EMPREENDEREM NO BRASIL. **South American Development Society Journal**, [S. l.], v. 9, n. 25, p. 179, 2023. DOI: 10.24325/issn.2446-5763.v9i25p179-199. Disponível em: <https://sadsj.org/index.php/revista/article/view/566>. Acesso em: 5 dez. 2025.

DE BRITO NUNES, Hikaro Kayo. [RELATO DE EXPERIÊNCIA] PODCAST E A NOTÍCIA DE JORNAL COMO FERRAMENTAS PARA SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: relatos sobre uma turma de Educação Ambiental no interior do Amazonas. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 44, p. 62–69, 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/9317>. Acesso em: 6 dez. 2025.

DE SOUZA FILGUEIRA, Andre Luiz. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186–201, 2021. DOI: 10.5216/ag.v15i2.69990. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/69990>. Acesso em: 16 nov. 2026.

DO NASCIMENTO, K. L.; DE AZEVEDO, S. L. M.; DE ALMEIDA, M. do S. P. As múltiplas

faces do racismo ambiental no Brasil: uma revisão sistemática. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. 5072–5089, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n6-099. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/784>. Acesso em: 1 dez. 2025.

FERNANDES RODRIGUES, Júlia. RACISMO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL DAS QUESTÕES DE RAÇA E MEIO AMBIENTE. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 150–161, 2024. DOI: 10.29327/269579.7.1-12. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6873>. Acesso em: 15 dez. 2025.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; CAROLINO, Amanda Ribeiro; NERO, Ana Carolina Pereira; BATISTA, Renata Cristina Gomes; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Empreendedorismo feminino periférico: análise decolonial . **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 109–133, 2023. DOI: 10.22478/ufpb.2236-417X.2023v13n3.67384. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/67384>. Acesso em: 15 nov.

NOGUEIRA, Christiano. Contribuições para a Educação Ambiental Crítica. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 156–171, 2023. DOI: [10.34024/revbea.2023.v18.14160](https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.14160). Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/14160>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANT'ANNA, Murilo; KÁRITA BONZANINI, Taitiâny. Podcasts na Educação Ambiental: o que apontam as pesquisas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 49–61, 2023. DOI: [10.34024/revbea.2023.v18.14664](https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.14664). Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/14664>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SANTOS, A. N. S. dos; FELIPPE, J. N. de O.; SILVA, K. L.; DEZEM, L. T.; SOUSA, T. S. R.; JÚNIOR, P. R. de S.; ASSUNÇÃO, I. D.; SANTANA, E. C.; COIMBRA, A. G.; NORONHA, T. P.; SOUZA, A. S. de; SOUZA, M. T. de; PERES, M. A.; MBOHOU, S.; GARCIA, A. de M. Racismo ambiental, saúde e direitos sociais: causalidades e impactos da degradação ambiental em comunidades vulneráveis no Brasil. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. e8603, 2025. DOI: 10.55905/oelv23n1-073. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/8603>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SANTOS, Josiane Soares; DA SILVA, Everton Melo; DA SILVA, Mylena. RACISMO AMBIENTAL E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL. **Temporalis**, [S. l.], v. 22, n. 43, p. 158–173, 2022. DOI: [10.22422/temporalis.2022v22n43p158-173](https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n43p158-173). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37789>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Empreendedorismo feminino no Brasil: uma análise detalhada do 4º trimestre de 2024**. Paraná: SEBRAE, 2024. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/impulsiona/empreendedorismo-feminino-no-brasil-uma-analise-detalhada-do-4o-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Empreendedorismo feminino: apresentação – 4º trimestre de 2024**. Paraná: SEBRAE, 2025. Disponível em: https://sebraepr.com.br/wp-content/uploads/2025/03/PUB_-_Apresentacao-UF-Empreendedorismo-Feminino-4o-Trimestre-de-2024.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; NUNES, Danilo Henrique; DE MORAIS, Fausto Santos. Identidade, reconhecimento e personalidade: empreendedorismo da mulher negra. **Economic Analysis of Law Review**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 229–242, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31501/ealr.v9i3.11055>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11055>. Acesso em 27 nov. 2025.

VENUGOPAL, Srisivas; VISWANATHAN, Madhubalan. The subsistence marketplaces approach to poverty: implications for marketing theory. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 40, n. 3, p. 336–353, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1470593117704282>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1470593117704282>. Acesso em: 18 dez. 2025.